



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE

Identificação: CIDADES B4

Data: 23/11/2012

MP preocupado com animais

O Ministério Público Estadual (MPE), através da promotoria de Meio Ambiente, realizou uma audiência na manhã de ontem, 22, para discutir sobre os maus tratos de animais realizados por donos de veículos de tração animal. "A audiência é uma provocação do MP para que os órgãos públicos sejam acionados para a realização de um trabalho em parceria, para saber o que poder ser feito para melhorar", afirmou a promotora de Justiça, Ana Paula Machado.

"A preocupação do MP é justamente em relação à utilização desses animais. Mas como envolve problemas maiores que os maus tratos vimos à possibilidade da participação da promotoria de Relevância Pública, pois já existe um procedimento por lá em relação a irregularidades da utilização desses meios de transporte", disse Ana Paula.

A reunião contou com a participação do Conselho de Segurança Comunitária do Bairro América e Novo Paraíso, através do presidente Luiz Carlos da Silva. "Nosso bairro possui mais de 1.000 carroceiros. Temos de tratar não só o maltrato do animal, mas também a destinação dada ao material que esse carroceiro transporta. Nosso bairro tem uma coleta seletiva de lixo, mas é grande o número de carroceiros que temos no bairro que descartam os restos de materiais de construção em lugares aleatórios, prejudicando o bairro. Às vezes tem uma caixa coletora bem perto, mas eles preferem jogar nos terrenos baldios", declarou Luiz Carlos.

Segundo o presidente do Conselho de Segurança Comunitária do bairro América e Novo Paraíso, cabe ao poder público fazer uma campanha educativa com essas pessoas. "Com a aprovação da lei que disciplina esse meio de transporte no final de 2007, e que entrou em vigor em 2008, a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito já registrou, licenciou e emplacou aproximadamente 1.000 veículos de tração animal. Além disso, nós fizemos o treinamento das pessoas maiores de 18 anos que os conduzem e expedimos autorizações especiais para conduzir as carroças. No entanto, esbarramos na dificuldade de que essa atividade é muito executada nas regiões mais periféricas da grande Aracaju, saindo assim da circunscrição da nossa cidade, onde a lei existente vige", explicou o diretor de trânsito, major Paiva.

"A lei é muito abrangente e muito distante da realidade em que vivemos. Ela exige a ação coordenada de várias estruturas municipais e estaduais para a sua colocação em prática. A SMTT executou o que diz respeito a sua alçada, mas só isso não é suficiente. Inclusive, nós ainda não nos permitimos iniciar uma fiscalização mais rigorosa exatamente por considerarmos que há uma parte social na lei que precisa ser colocada em prática primeiro. Somente depois a cobrança deve ser colocada em ação, sob pena de sermos incoerentes e injustos sem antes ser colocado em prática o alento a esses carroceiros", afirmou major Paiva.